



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. JOSÉ LOURENÇO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

DESPACHO:
24/05/2000 - (ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 25/07/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.086, DE 2000
(DO SR. JOSÉ LOURENÇO)

Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O parágrafo 4º, artigo 3º, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

.....
§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das contribuições destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e seus congêneres, bem como das relativas ao salário-educação"

Art. 2º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto altera o texto do parágrafo 4º do art. 3º da Lei 9.317/96, cuja imprecisão deu margem a uma interpretação equivocada e extensiva pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Executivo, com prejuízos para as entidades sindicais patronais. Diz o dispositivo que a "inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União". Com base nele, a Secretaria da Receita Federal expediu a Instrução Normativa nº 09, de 10.02.99, dispensando o pagamento, também, da contribuição sindical patronal, essencial à sobrevivência das entidades sindicais empregadoras.

A isenção decretada pela Receita Federal é inadmissível sob todos os aspectos. Especialmente por faltar legitimidade àquele órgão para concedê-la, visto estar a contribuição inserida no âmbito da atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, que é quem fiscaliza seu recolhimento e detém parcela (20%) da arrecadação. Além disso, a medida implica clara interferência do Estado na organização sindical, o que a Constituição repele (art. 8º). Mais: por se tratar de um tributo, somente a lei poderia dispensar seu pagamento, já que só por lei pode ser criado.

Por outro lado, como sabido e ressabido, 90% (noventa por cento) das empresas são constituídas de microempresas e empresas de pequeno porte, donde se conclui que as Entidades Sindicais não poderão assisti-las por falta de recursos para essa assistência constitucional (art. 8º, inc. VI, CF).

Finalmente, e é também muito importante, as categorias profissionais (de empregados) continuam intocáveis em suas contribuições sindicais, o que fere o princípio de isonomia.

A Instrução Normativa, assim, extrapola seus próprios limites, cabendo ao legislador estabelecer, objetivamente, as contribuições que pretendeu dispensar, como faz o projeto.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2000


Deputado José Lourenço

Lote: 80 Caixa: 130
PL N° 3086/2000
3

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	23/5/98 às 17:46 hs
Nome	Kalena
In	3.204



CONSTITUIÇÃO

DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;



LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996.

DISPÕE SOBRE O REGIME TRIBUTÁRIO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, INSTITUI O SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO III **DO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E** **CONTRIBUIÇÕES - SIMPLES (ARTIGOS 3 A 7)**

Seção I **Da Definição e da Abrangência (artigos 3 e 4)**

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- f) contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

** Alínea "f" com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997.*

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou



responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será definitiva.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

.....

.....



INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 09, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona, nos termos da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE DA DEFINIÇÃO

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No caso de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II deste artigo serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.086/00

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 14/11/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2000.

Anamélia R.C. de Araújo
Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

1

PROJETO DE LEI Nº 3.086, DE 2000.

“Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.”

Autor: Deputado JOSÉ LOURENÇO

Relator: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

PARECER VENCEDOR

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição que objetiva estabelecer no texto da Lei nº 9.317/96 quais as contribuições, instituídas pela União, que não são passíveis de recolhimento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Em sua justificação, o Nobre Signatário argumenta que o atual texto vigente dá margem à interpretação equivocada e extensiva, a exemplo da Instrução Normativa nº 09, de 10.02.99, expedida pela Secretaria da Receita



2A5B9F0457



Federal, isentando as Micro e Pequenas Empresas do pagamento da contribuição sindical patronal.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas Emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Com a devida vênia, entendemos que o Projeto não merece prosperar por não trazer, efetivamente, qualquer contribuição para a melhoria do ordenamento jurídico vigente.

Ainda, ao contrário do argumentado na Justificação do Projeto, a Instrução Normativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal, é o instrumento mais apropriado para a devida orientação a ser prestada aos respectivos contribuintes. O questionamento sobre a ocorrência, ou não, de exorbitância da referida norma regulamentar é impróprio por meio de Projeto de Lei, sendo mais pertinente a via judicial.

Somos, pois, pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.086, de 2000.

Sala da Comissão, em 13 de MAIO de 2002

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ
Relator

200146



2A5B9F0457



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.086, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou, contra o voto do Deputado Wilson Braga, o Projeto de Lei nº 3.086/00, nos termos do parecer vencedor do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá. O parecer do Deputado Wilson Braga passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os senhores Deputados: Rodrigo Maia, Presidente; Jair Meneguelli e José Múcio Monteiro, Vice-presidentes; Antônio Carlos Konder Reis, Avenzoar Arruda, Fernando Gonçalves, João Tota, Jovair Arantes, Luciano Castro, Luiz Antonio Fleury, Medeiros, Paulo Paim, Pedro Celso, Pedro Henry, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin, Vivaldo Barbosa e Wilson Braga, titulares; Arnaldo Faria de Sá, Coriolano Sales, Edinho Bez, Laíre Rosado, Nair Xavier Lobo, Nárcio Rodrigues e Rubens Bueno, suplentes.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 2002.


Deputado **RODRIGO MAIA**
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.086, DE 2000

Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Autor: Deputado JOSÉ LOURENÇO

Relator: Deputado WILSON BRAGA

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO WILSON BRAGA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.086, de 2000, de autoria do Nobre Deputado José Lourenço visa alterar a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, a fim de determinar quais as contribuições instituídas pela União que estão dispensadas de serem recolhidas pelo sistema de pagamento integrado de tributos, denominado de SIMPLES.

Em sua justificação, o Autor alega que a Instrução Normativa nº 9/99 da Secretaria da Receita Federal dispensa as empresas optantes do SIMPLES (microempresas e empresas de pequeno porte) do recolhimento da contribuição sindical patronal — essencial à sobrevivência das entidades sindicais empregadoras — ao interpretar que esse tributo estaria incluído na rubrica “demais contribuições instituídas pela União”, prevista na Lei nº 9.317/96.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 9.317/96 criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). As empresas optantes desse sistema recolhem uma única alíquota correspondente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, à Contribuição para o PIS, à Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e às Contribuições para a Seguridade Social.

Além dessa unificação de recolhimento de tributos, a inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União (SENAI, SESI, SESC, SENAC, SENAT, SEST, SENAR, Salário-Educação, INCRA, SEBRAE, SESCOOP), conforme dispõe o § 4º da art. 3º da Lei nº 9.317/96. A Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 9/99, entende que a contribuição sindical patronal estaria incluída no rol dessas contribuições.

As entidades sindicais, sejam patronais ou profissionais, têm as seguintes fontes de receita, as contribuições: 1) sindical, 2) confederativa, 3) assistencial e 4) associativa. A primeira está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho e, no caso patronal, é cobrada, anualmente, em guia própria, no mês de janeiro. A segunda somente obriga a empresa associada, todo ano, conforme valor estipulado em assembléia geral. A terceira é devida na época de acordo ou convenções coletivas de trabalho, sendo um pagamento pela prestação de serviço dos sindicatos nas negociações sobre as condições de trabalho. E, finalmente, a contribuição cobrada mensalmente, apenas, das empresas associadas.

A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, concebeu o sindicato como entidade de colaboração estatal e, por isso, infringiu-lhe a interferência e a intervenção do Estado que, em contrapartida, instituiu uma contribuição para financiá-lo. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a liberdade sindical e tentou acabar com essa contribuição, mas, em vez disso, acabou criando mais uma, a confederativa. Todavia esse tributo é devido apenas pelos associados, enquanto a contribuição sindical é compulsória e geral, sendo seu recolhimento fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.



Dessa forma, temos que as empresas hoje, a rigor, apenas recolhem a contribuição sindical compulsória. As demais contribuições são obrigatórias apenas para os associados (cuja associação é facultativa).

No Brasil, não há tradição de associativismo sindical até mesmo na categoria profissional, quanto mais na patronal cujas confederações, federações e sindicatos sobrevivem quase que exclusivamente da contribuição sindical.

É claro que essa situação não é a ideal, mas é única possível até que seja realizada uma ampla discussão e aprovação de uma lei que disponha sobre outras formas de financiamento das entidades sindicais.

Até que isso ocorra, as entidades de representação sindical patronais não podem prescindir da contribuição anual e compulsória das mais de 3 milhões de empresas que, até dezembro de 2000, optaram pelo SIMPLES.

O presente projeto de lei tem o objetivo de esclarecer quais são efetivamente as "demais contribuições instituídas pela União", sem deixar margem para interpretação que nada vem a auxiliar as microempresas e empresas de pequeno porte que, ao deixarem de recolher a contribuição sindical, enfraquecem sua representação sindical, o que é imprescindível para a sua sobrevivência como setor econômico, principalmente em relação ao aspecto reivindicatório de políticas públicas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.086, de 2000.

Sala da Comissão, em 5 de fevereiro de 2001.

Deputado WILSON BRAGA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI Nº 3.086-A, DE 2000**
(DO SR. JOSÉ LOURENÇO)

Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição, contra o voto do Deputado Wilson Braga (relator: DEP. ARNALDO FARIA DE SÁ).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

** Projeto inicial publicado no DCD de 25/05/00*

**PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO****S U M Á R I O**

- termo de recebimento de emendas
- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.086-A, DE 2000
(DO SR. JOSÉ LOURENÇO)

Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas
- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 117/02 - CTASP
Publique-se.
Em 6.8.02.


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 11120 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Of. Pres. nº 117/02

Brasília, 19 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.086/00.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente,


Deputado **RODRIGO MAIA**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **AÉCIO NEVES**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SGM-SECRETARIA GERAL DA MESA	
Protocolo nº	Documentos
Origem: <u>CCP</u>	<u>2514/02</u>
Data: <u>06.08.02</u>	Hora:
Ass.: <u>[assinatura]</u>	Ponto: <u>3213</u>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****PROJETO DE LEI Nº 3.086, DE 2000
(DO SR. JOSÉ LOURENÇO)**

Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O parágrafo 4º, artigo 3º, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das contribuições destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e seus congêneres, bem como das relativas ao salário-educação"

Art. 2º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto altera o texto do parágrafo 4º do art. 3º da Lei 9.317/96, cuja imprecisão deu margem a uma interpretação equivocada e extensiva pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Executivo, com prejuízos para as entidades sindicais patronais. Diz o dispositivo que a "inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União". Com base nele, a Secretaria da Receita Federal expediu a Instrução Normativa nº 09, de 10.02.99, dispensando o pagamento, também, da contribuição sindical patronal, essencial à sobrevivência das entidades sindicais empregadoras.

A isenção decretada pela Receita Federal é inadmissível sob todos os aspectos. Especialmente por faltar legitimidade àquele órgão para concedê-la, visto estar a contribuição inserida no âmbito da atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, que é quem fiscaliza seu recolhimento e detém parcela (20%) da arrecadação. Além disso, a medida implica clara interferência do Estado na organização sindical, o que a Constituição repele (art. 8º). Mais: por se tratar de um tributo, somente a lei poderia dispensar seu pagamento, já que só por lei pode ser criado.

Por outro lado, como sabido e ressabido, 90% (noventa por cento) das empresas são constituídas de microempresas e empresas de pequeno porte, donde se conclui que as Entidades Sindicais não poderão assisti-las por falta de recursos para essa assistência constitucional (art. 8º, inc. VI, CF).

Finalmente, e é também muito importante, as categorias profissionais (de empregados) continuam intocáveis em suas contribuições sindicais, o que fere o princípio de isonomia.

A Instrução Normativa, assim, extrapola seus próprios limites, cabendo ao legislador estabelecer, objetivamente, as contribuições que pretendeu dispensar, como faz o projeto.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2000


Deputado José Lourenço



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;



LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996.

DISPÕE SOBRE O REGIME TRIBUTÁRIO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, INSTITUI O SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO III DO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - SIMPLES (ARTIGOS 3 A 7)

Seção I Da Definição e da Abrangência (artigos 3 e 4)

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- f) contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

** Alínea "f" com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.1997.*

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou



responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será definitiva.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

.....

.....



INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 09, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona, nos termos da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE DA DEFINIÇÃO

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No caso de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II deste artigo serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.086, DE 2000

Altera a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Autor: Deputado JOSÉ LOURENÇO

Relator: Deputado WILSON BRAGA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.086, de 2000, de autoria do Nobre Deputado José Lourenço visa alterar a redação do § 4º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, a fim de determinar quais as contribuições instituídas pela União que estão dispensadas de serem recolhidas pelo sistema de pagamento integrado de tributos, denominado de SIMPLES.

Em sua justificação, o Autor alega que a Instrução Normativa nº 9/99 da Secretaria da Receita Federal dispensa as empresas optantes do SIMPLES (microempresas e empresas de pequeno porte) do recolhimento da contribuição sindical patronal — essencial à sobrevivência das entidades sindicais empregadoras — ao interpretar que esse tributo estaria incluído na rubrica “demais contribuições instituídas pela União”, prevista na Lei nº 9.317/96.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 9.317/96 criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). As empresas optantes desse sistema recolhem uma única alíquota correspondente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, à Contribuição para o PIS, à Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e às Contribuições para a Seguridade Social.

Além dessa unificação de recolhimento de tributos, a inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União (SENAI, SESI, SESC, SENAC, SENAT, SEST, SENAR, Salário-Educação, INCRA, SEBRAE, SESCOOP), conforme dispõe o § 4º da art. 3º da Lei nº 9.317/96. A Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 9/99, entende que a contribuição sindical patronal estaria incluída no rol dessas contribuições.

As entidades sindicais, sejam patronais ou profissionais, têm as seguintes fontes de receita, as contribuições: 1) sindical, 2) confederativa, 3) assistencial e 4) associativa. A primeira está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho e, no caso patronal, é cobrada, anualmente, em guia própria, no mês de janeiro. A segunda somente obriga a empresa associada, todo ano, conforme valor estipulado em assembléia geral. A terceira é devida na época de acordo ou convenções coletivas de trabalho, sendo um pagamento pela prestação de serviço dos sindicatos nas negociações sobre as condições de trabalho. E, finalmente, a contribuição cobrada mensalmente, apenas, das empresas associadas.

A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, concebeu o sindicato como entidade de colaboração estatal e, por isso, infringiu-lhe a interferência e a intervenção do Estado que, em contrapartida, instituiu uma contribuição para financiá-lo. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a liberdade sindical e tentou acabar com essa contribuição, mas, em vez disso, acabou criando mais uma, a confederativa. Todavia esse tributo é devido apenas pelos associados, enquanto a contribuição sindical é compulsória e geral, sendo seu recolhimento fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.



Dessa forma, temos que as empresas hoje, a rigor, apenas recolhem a contribuição sindical compulsória. As demais contribuições são obrigatórias apenas para os associados (cuja associação é facultativa).

No Brasil, não há tradição de associativismo sindical até mesmo na categoria profissional, quanto mais na patronal cujas confederações, federações e sindicatos sobrevivem quase que exclusivamente da contribuição sindical.

É claro que essa situação não é a ideal, mas é única possível até que seja realizada uma ampla discussão e aprovação de uma lei que disponha sobre outras formas de financiamento das entidades sindicais.

Até que isso ocorra, as entidades de representação sindical patronais não podem prescindir da contribuição anual e compulsória das mais de 3 milhões de empresas que, até dezembro de 2000, optaram pelo SIMPLES.

O presente projeto de lei tem o objetivo de esclarecer quais são efetivamente as "demais contribuições instituídas pela União", sem deixar margem para interpretação que nada vem a auxiliar as microempresas e empresas de pequeno porte que, ao deixarem de recolher a contribuição sindical, enfraquecem sua representação sindical, o que é imprescindível para a sua sobrevivência como setor econômico, principalmente em relação ao aspecto reivindicatório de políticas públicas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.086, de 2000.

Sala da Comissão, em 5 de janeiro de 2000.


Deputado WILSON BRAGA
Relator